PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE 2015

(Do Sr. Altineu Côrtes)

Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União, realize ato de fiscalização e controle sobre a aplicação de todos os recursos repassados pelo Governo Federal, para o Município de Mangaratiba, no Estado do Rio de Janeiro, no âmbito de todos os ministérios, desde 2013 até a presente data.

Senhor Presidente,

Com base no art. 100, § 1º, combinado com o art. 24, X, art. 60, II e com o art. 61, §1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e dos incisos IV, VII e VIII do art. 71 da Constituição Federal, requiero que V. Exª se digne, com auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU e Controladoria Geral da União para realizar ato de fiscalização e controle sobre a aplicação de todos os recursos repassados pelo Governo Federal, para o Município de Mangaratiba, no Estado do Rio de Janeiro, no âmbito de todos os ministérios, desde 2013 até o presente.

JUSTIFICAÇÃO

Levantamento publicado pelo jornal, O DIA, em 20 de Abril de 2015, informa que após auditoria da Secretaria Estadual de Saúde detectou-se medicamentos e equipamentos hospitalares com até 9.000% de superfaturamento na Prefeitura de Mangaratiba no Estado do Rio de Janeiro.

Atolada em esquemas de corrupção em compras de material escolar, sacolas plásticas e coleta de lixo, a Prefeitura de Mangaratiba fraudou também licitações na área da Saúde. Uma auditoria da Secretaria Estadual de Saúde detectou medicamentos e equipamentos hospitalares com até 9.000% de superfaturamento. Pelo menos 50 mil unidades de medicamentos comprados por preços com sobrevalorização de 1.000%, em relação a valores de referência do Ministério da Saúde (MS). Uma escova dental da marca Robinson, por exemplo, que custaria R\$ 1,99, foi comprado por R\$ 101,70, 5.010% mais cara.

Uma pílula do remédio Paclitaxel, usado no tratamento contra câncer, avaliado pelo ministério por R\$ 19,60, foi comprado pela Secretaria Municipal de Saúde por R\$ 1.766 — superfaturado em 8.910%. A compra foi feita na farmácia Venâncio Produtos Farm, empresa que forneceu 11 medicamentos, com superfaturamento de mais de 1.000%.

Uma pílula do anti-inflamatório Diclofenaco Potássico, com preço de R\$ 0,01 no Banco de Preços em Saúde do MS, foi adquirida por R\$ 0,40. Foram compradas 40.500 pílulas por este valor, 3.233% acima do valor. Na área de Odontologia, o esquema é o mesmo. A secretarial estadual constatou uma média sobre preço de 394% nas notas fiscais, entre elas, a das escovas de dente de R\$ 100.

A devassa da Secretaria de Saúde foi feita a partir de um levantamento do Conselho Municipal de Saúde, que comunicou ao órgão as irregularidades em Mangaratiba. Eles vistoriaram o Hospital Municipal Victor de Souza Breves e os postos de Saúde da Família da Serra do Piloto e Manoelito Dias Moraes, entre 26 e 28 de maio de 2013. A secretaria determinou que a prefeitura cumprisse as recomendações da auditoria para resolver os casos de superfaturamento,

argumentando que “o observado no processo de auditoria é inquestionável, pois as documentações de referência substanciam as observações”. Porém, nada foi feito.

As denúncias foram enviadas aos ministérios públicos estaduais e federais. Uma das fornecedoras dos itens superfaturados, a Proll Comércio e Serviços Ltda., aparecem na ação proposta pelo Ministério Público Estadual referente a licitações de cartas marcadas no município. O processo resultou na prisão do agora ex-prefeito Evandro Bertino e de dois secretários de governo.

Na educação, uma das empresas denunciadas pelo MP por fraudar as licitações com pregões de cartas marcadas em Mangaratiba renovou neste mês contrato com o município. A Mercearia Ideal de Jacareí, que fornece a merenda escolar para as unidades de ensino municipais, fechou contrato com a prefeitura, no início do mês de abril, com valor total de R\$ 4,376 milhões.

O valor ainda aumentou em relação ao ano passado, quando foram pagos R\$ 3.971 milhões à empresa. Na denúncia do MP contra a mercearia foram citadas mais 15 empresas. Os responsáveis por elas e mais 17 funcionários da prefeitura foram denunciados por formação de quadrilha, fraude em licitação e uso de documento falso.

Visto isso, cabe a esta comissão examinar os fatos doravante mencionados e efetivamente investigar com mais rigor sobre os desvios de recursos públicos ocorridos no município de Mangaratiba - RJ. E por este motivo, considero necessário que seja acatado pelos nobres pares a presente proposta de auditoria de fiscalização e controle.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2015.

Deputado ALTINEU CÔRTEZ PR/RJ